

*TEM VIDA ESTA COISA!*

o campo em torno dos  
direitos das mulheres e  
da igualdade de género  
em Moçambique

**Coordenação**

*Carolina Branco* (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

*Diego Vicentin* (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

**Conselho Editorial**

*Angela Araújo* (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

*José Eduardo Leon Szwako* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

*Maria Elvira Díaz Benítez* (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

*Márcia Aparecida de Menezes* (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

*Regina Facchini* (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

*Rosamaria Giatti Carneiro* (Universidade de Brasília – UnB)

*Roberto Efreim Filho* (Universidade Federal da Paraíba – UFPB / Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

*Roberto Marques* (Universidade Estadual do Ceará – UECE / Universidade Regional do Cariri – URCA)

*Sabrina Finamori* (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

*Taniele Cristina Rul* (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

*Tom Dwyer* (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

*Zoraide S. Pessoa* (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN)

CATARINA CASIMIRO TRINDADE

*TEM VIDA ESTA COISA!*

o campo em torno dos  
direitos das mulheres e  
da igualdade de género  
em Moçambique

MERCADO<sup>®</sup>  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Trindade, Catarina Casimiro

Tem vida esta coisa! : o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero em Moçambique / Catarina Casimiro Trindade. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-618-6

1. Feminismo 2. Igualdade de gênero 3. Mulheres – Aspectos sociais 4. Moçambique - Problemas sociais I. Título.

22-111841

CDD-305.4209679

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Mulheres : Igualdade de gênero : Moçambique :  
Sociologia 305.4209679

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide  
*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras  
*revisão final pós produção* da autora  
*bibliotecária:* Eliete Marques da Silva – CRB-8/9380

Fomento

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

2 0 2 2

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

*Às minhas duas avós,  
Maria da Piedade (Pitty) e Ilda (Lili)  
Por terem sido mulheres extraordinárias,  
à frente do seu tempo, e por terem ajudado  
a construir a mulher que sou hoje*

## *Agradecimentos*

*Um grande kanimambo a todas as pessoas – família, amigos (de todos os cantos do mundo), colegas, professoras/es e interlocutoras – que, longe ou perto, rápida ou demoradamente, directa ou indirectamente, entre uma conversa e outra, estiveram ao meu lado e contribuíram para a elaboração deste trabalho.*

*A pesquisa que tem como resultado este livro não teria sido possível sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por isso o meu mais sincero obrigada.*

*Agradeço, especialmente, às minhas interlocutoras que prontamente aceitaram fazer parte desta empreitada, costurando comigo, através das suas trajetórias e experiências, este trabalho. Com elas, palavras como afecto, companheirismo e luta tomaram forma e sentidos muito maiores e mais fortes do que alguma vez imaginei. Obrigada por lutarem todos os dias por um Moçambique mais igual e mais justo para todas as mulheres.*

*À minha orientadora, professora Guita Grin Debert, agradeço a longa parceria, a confiança depositada em mim, o aprendizado, a sensibilidade de saber o que dizer nos momentos de angústia e os comentários, críticas e sugestões que com certeza fizeram deste um trabalho do qual me orgulho.*

*À Professora e pesquisadora Signe Arnfred, pela leitura cuidadosa e crítica, assim como pela sua enorme contribuição para os estudos de género em Moçambique, cuja leitura ajudou a moldar este trabalho.*

*À Teresa Cunha, cuja parceria e companheirismo vem de longe, agradeço os inúmeros incentivos e leituras do projecto em fase inicial, assim como as longas conversas, sugestões de leitura e confiança neste trabalho.*

*Às professoras Adriana Piscitelli e Regina Facchini, Solange Rocha e Professor Peter Fry, agradeço a leitura cuidadosa e generosa e as trocas que contribuíram para o resultado deste trabalho.*

*Por último, aos meus pais e irmã, Isabel, João Carlos e Joana, agradeço o apoio incondicional e a presença constante, mesmo que distantes. Não tenho palavras para expressar o quão grata sou por ter nascido de uma mãe como a Isabel Casimiro, minha primeira inspiração feminista. Este livro é, sem dúvida, uma forma de honrar a sua trajetória intelectual e de luta e de continuar um trabalho importante de registar e de mostrar que sim, as mulheres estão na luta, elas se movem, elas avançam, elas estão em marcha.*

# SUMÁRIO

## PREFÁCIO

*Guita Grin Debert*

## Prólogo

A MINHA TRAJETÓRIA COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO

## Introdução

ENTRANDO EM CAMPO E (RE)ENTRANDO  
NO CAMPO EM TORNO DOS DIREITOS DAS  
MULHERES E DA IGUALDADE DE GÊNERO

1. *“MÃE, MULHER, A REVOLUÇÃO ÉS TU!”:*  
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA  
ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (LALN)
2. *“NÓS ACEITAMOS ENTRAR NUM MUNDO QUE  
NÓS NEM SABÍAMOS QUE MUNDO ERA ESSE”:*  
A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO  
NO CEA/UEM E A ARTICULAÇÃO COM AS  
PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES  
PÓS-INDEPENDÊNCIA

3. *“É O COLECTIVO QUE FAZ A DIFERENÇA”*:  
A APROVAÇÃO DA LEI SOBRE A VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA PRATICADA CONTRA A MULHER  
E OUTRAS CONQUISTAS LEGAIS
  
4. *“COMECEI A TER VOCABULÁRIO PARA  
NOMEAR A MINHA EXPERIÊNCIA”*:  
A INTERVENÇÃO CONTRA O USO DE  
MAXI-SAIAS, JOVENS FEMINISMOS E NOVOS  
ESPAÇOS DE ACTUAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



*(...) we must become scholars and intellectuals in our right. That is the cutting edge. We must bring African traditions of thinking and problem solving to the Global Women's Movement and participate in the formulation of new theories and methodologies. We are bright and intelligent; we must write about ourselves and speak for ourselves. I am sick and tired of being written for and about; let us say it the way we want to say it. Let us know the new theories and contest the production and processing of knowledge. We can no longer be decorations in the Global Women's Movement, the exotica in our beautiful clothes. We must be our own spokespersons and not allow anyone to appropriate our experiences or our voices.*

*Patricia McFadden, The Challenges and Prospects for the African Women's Movement in the 21st Century, 1997*



## PREFÁCIO

Esse livro tem o sabor de uma aventura instigante no coração de Moçambique. Com o foco na constituição dos direitos da mulher, percorremos a história deste país e aprendemos como práticas políticas ganham configurações específicas nesse campo de atuações.

Compreendendo pesquisas realizadas para a tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o livro é resultado da imersão da autora na trajetória de mulheres de quatro diferentes gerações. O perfil sociológico dessas mulheres em seus contextos históricos e sociais é esmiuçado com perícia analítica. O relato das experiências de acadêmicas, de artistas e de ativistas de organizações não governamentais oferece um quadro pujante da luta por direitos civis e políticos que marcam a história da conquista de direitos humanos. As reflexões por elas tecidas em diferentes contextos históricos e a avaliação analítica que fazem de suas atuações iluminam os temas, os problemas e os dilemas surgidos a partir de 1975, com a independência de Moçambique

A dimensão histórica tratada é combinada com uma etnografia densa dos espaços e eventos por onde atualmente circula a militância empenhada na produção de uma sociedade mais justa e igualitária. Acompanhamos as atividades

desenvolvidas e os eventos organizados por redes, organizações e instituições voltadas para questões de gênero, particularmente na cidade de Maputo.

O livro deslinda assim num mapa analítico a produção intelectual e os processos de construção de reformas legais, lançando luz sobre as problemáticas em torno da questão dos direitos em Moçambique, nomeadamente com o surgimento da campanha nacional Todos Contra a Violência, da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, bem como a Lei de Terras, a Lei da Família e a revisão do Código Penal, em 2014.

No prólogo vemos a autora, ainda criança, testemunhando emocionada a partida para a China de sua mãe, Isabel Casimiro, com outras mulheres que, entusiasmadas, se preparavam para participar das *IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, organizada pelas das Nações Unidas, em Pequim, em 1995.

Boa parte desse grupo de mulheres ficou conhecida como “*Geração de Beijing*”. Geração é um termo que não tem uma referência etária ou cronológica, mas é a forma como grupos de mulheres são chamados e classificados por diferentes actores no contexto moçambicano. Cada geração, como mostra a autora, não constitui necessariamente um grupo homogêneo em termos de ideias e práticas sociais, havendo sempre uma série de disputas, de sobreposições e de transformações que são analisadas levando em conta os contextos históricos e políticos. Algumas mulheres podem ser definidas pelas outras como pertencendo a mais de uma geração ou transitando entre elas.

O capítulo inicial é voltado para a participação de mulheres na luta pela independência do país. Nele encontramos as ex-guerrilheiras da Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), assim como a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), do Destacamento Feminino (DF) e da Organização da Mulher

Moçambicana (OMM). Um desenho detalhado é traçado de diferentes vozes de mulheres que têm sido identificadas pelas gerações mais jovens como *Geração das Mamas* ou das *pré-históricas*. Vemos aí o entusiasmo e a atração que as palavras de Samora Machel provocaram, ao afirmar que “*a libertação da mulher é uma necessidade fundamental da revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo*”. Pronunciamento este que mobilizou não só moçambicanas, mas feministas de vários países envolvidas com a construção nacional de Moçambique. A memória desta experiência de luta é destrinchada com muita audácia e sensibilidade pela autora.

A chamada *Geração de Beijing* é apresentada no segundo capítulo. Composta por um grupo de mulheres, sobretudo acadêmicas, que iniciaram as primeiras pesquisas sobre mulher e gênero, em meados dos anos 1980, no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Um exame detalhado é operado dos significados que gênero articulou no início da empreitada e como essa área de estudos foi consolidada com a criação do Centro de Coordenação dos Assuntos de Gênero naquela universidade. As interlocutoras da pesquisa de Catarina Trindade dessa geração estiveram envolvidas na criação das primeiras organizações, associações, redes e fóruns de direitos das mulheres, articulando a vida acadêmica com outros atores como juristas e representantes de organismos governamentais e de organizações comunitárias de base.

Na sequência, temos a geração caracterizada como da *Geração das Intermediárias*, composta por mulheres que trabalham, sobretudo, em ONGs de direitos das mulheres, nacionais e internacionais, ou como consultoras independentes de órgãos do governo para a área de gênero, com grande circulação pelos espaços internacionais e com um grande *know how* do repertório que marca as organizações feministas em diferentes países.

O último capítulo é dedicado aos movimentos das *jovens feministas* que ocupam posições de liderança em coletivos

feministas e nas organizações não governamentais, acionando também novas formas de expressão de reivindicações e de busca de reconhecimento por meio das novas tecnologias de comunicação como o *Facebook*, o *Whatsapp* e os *blogs*, ativando manifestações estéticas como a música, o teatro, artes plásticas, entre outras formas de expressão.

O livro é um trabalho de fôlego que soube explorar com acuidade o cruzamento de vivências pessoais, profissionais e acadêmicas da autora.

Sabemos que a África é imprescindível no tratamento dos processos de descolonização e nos estudos decoloniais. Contudo, com essa obra vemos como o empreendimento sociológico crítico exige um debruçar atento sobre os contextos sociais locais e sobre particularidades nacionais. Aprendemos como um empirismo analítico atento às diferenças e capaz de ouvir diferentes vozes pode revelar configurações que resistem aos modelos rígidos e homogêneos abrindo novos horizontes para a reflexão sobre a dinâmica das mudanças sociais.

É para essa “vida das coisas” que esse livro oferece aos feminismos e aos cientistas sociais um farto e lúcido suprimento de constatações, perguntas, dúvidas e controvérsias.

Sua leitura é uma aventura instigante que propõe caminhos de reflexão perigosos, porém fecundos.

*Guita Grin Debert*

Professora Titular do Departamento  
de Antropologia da Unicamp

## Prólogo A MINHA TRAJECTÓRIA COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO

Sentadas na calçada de um bar barulhento perto de casa, Rosalina com uma cerveja na mão e eu preocupada com a gravação da entrevista, conversávamos sobre a sua entrada no mundo das organizações de mulheres e do feminismo. Membro fundador do Movimento das Jovens Feministas de Moçambique (MOVFEMME) e docente do Instituto Superior de Artes e Cultura (ISARC), Rosalina contava entusiasmada da primeira vez em que participou num evento onde estavam presentes algumas das principais e mais conhecidas activistas feministas de Moçambique. Era a primeira vez que a via pessoalmente, mas já a conhecia através do Facebook, onde se apresenta como *Mamana Wa Vatsongwana*\* e onde costuma escrever textos sobre várias questões ligadas à cultura e ao quotidiano de Moçambique. A certa altura, ela referiu-se às feministas mais velhas como “(...) *aquelas que eu chamo de Geração de Beijing... (...) que é a Isabel [Casimiro], a Ana [Loforte], a Conceição [Osório], a Ximena [Andrade]*.”

---

\* Mãe das crianças, em Changana, língua falada no sul do país.

A referência a Beijing trouxe-me à mente uma série de imagens de um dia sobre o qual não havia pensado mais. Lembro-me muito bem do entusiasmo que senti quando o meu pai estacionou o carro e vi o mar de mulheres que se formava à volta do enorme autocarro naquela manhã de inícios de Setembro de 1995. Deviam ser bem mais de 30, de todas as cores e vestuário, sobretudo capulanas. Não era a primeira vez que a minha mãe, Isabel Casimiro, viajava a trabalho, estava mais que habituada a isso. Não era a primeira vez, também, que me encontrava rodeada daquele mulherio todo. Já tinha participado, acompanhando a minha mãe, de vários eventos dentro e fora da universidade. Havia participado, inclusive, de eventos fora do país, ainda na sua barriga.

Desta vez, no entanto, toda aquela azáfama me parecia diferente. Não era só por ser um grupo de mulheres tão grande e diversificado. Havia uma excitação no ar, algo que não havia presenciado antes. Estávamos na Avenida *Mao Tse Tung*, na cidade de Maputo, de onde o autocarro *Pantera Azul* partia para Joanesburgo, na África do Sul. Assim que saltei do carro reconheci várias amigas e colegas da minha mãe a quem chamava de “tias”. Lembro-me de ver a Ximena, a Terezinha, a Carla Braga, a Margarita Mejia, a Ana Loforte, entre muitas outras cujas caras me eram familiares. À volta do autocarro, uma verdadeira confusão de mulheres, malas, familiares envoltos em beijos e abraços, conversas, recomendações e gargalhadas. E malas, muitas malas, uma alegria contagiante no ar. Lembro-me de desejar ardentemente entrar no autocarro e ir com elas. Sempre tive essa vontade de ir com a minha mãe nas viagens que fazia – que não eram poucas –, mas isso nunca se concretizou.

O destino? A China. Aquele país do qual não sabia absolutamente nada a não ser que era muito longe. Mais concretamente, Beijing, a sua capital. As mais de cinquenta mulheres que ali se encontravam – entre pesquisadoras, académicas, membros do governo e da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), activistas e funcionárias de organizações



de mulheres – estavam a caminho da *IV Conferência Mundial sobre a Mulher* das Nações Unidas, intitulada *Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz*. Era a primeira vez que Moçambique participava massivamente numa conferência mundial sobre a mulher, conferência essa que ficou conhecida como a maior e mais importante delas.

Nasci e cresci convivendo com várias das mulheres que vi naquele dia, esperando o autocarro. Filha de uma académica e activista feminista, desde cedo tive contacto com este mundo e conceitos como género, patriarcado, feminismo, movimento de mulheres, igualdade e equidade de género – mesmo que não os compreendesse ao início – fizeram sempre parte da minha trajectória e vocabulário. Para além de conviver com as amigas e colegas da minha mãe, passei parte da minha infância e adolescência percorrendo os corredores do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM), onde a minha mãe trabalha até hoje e onde, em 1989, sob a sua coordenação, foi criado o primeiro Núcleo de Estudos da Mulher (NEM). Ali, assim como nos outros espaços por onde circulei acompanhando-a – principalmente em organizações de mulheres – fui ganhando consciência do que significava o seu trabalho, assim como me familiarizando cada vez mais com os discursos, as agendas, as actividades, os temas e as pessoas que fazem parte daquele universo.

Esta aproximação ao trabalho da minha mãe acabou influenciando as escolhas que fiz não só em relação ao meu percurso académico, mas também ao profissional. Fiz a graduação em Sociologia, o mestrado em Antropologia Social e o doutorado em Ciências Sociais e os meus trabalhos, monografia, dissertação e a tese, tiveram sempre uma perspectiva de género ou foram desenvolvidos na área de Estudos de Género. O mesmo aconteceu com o meu percurso profissional. Após a conclusão da graduação, que fiz em Portugal, regresssei a Maputo e trabalhei como Oficial de Programas na Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), a primeira

associação de direitos humanos das mulheres, criada ainda em 1991, da qual a minha mãe é uma das fundadoras. Lá, tive a oportunidade de aprofundar os meus conhecimentos acerca da linguagem e funcionamento do mundo das Organizações Não Governamentais (ONG), conhecer várias organizações, associações e redes ligadas aos direitos das mulheres, entrar de facto no activismo e alargar a minha rede de contactos na área. Foi através desse trabalho, assim como do papel da minha mãe neste campo, que tive acesso à maior parte das pessoas com quem convivi e acompanhei durante o trabalho de campo.

Trabalhei também como Técnica de Género na Rede Salesiana de Formação Profissional (RSFP), realizando uma série de actividades de género nas escolas e centros profissionais, como debates, cursos de formação, palestras e distribuição de material. Nessa época, integrei a rede de formadores do Fórum Mulher (FM) e participei numa formação de formadores organizada pela WLSA Moçambique. Através destas organizações, consegui uma série de materiais didácticos sobre género – folhetos, livros, panfletos, filmes, boletins – com os quais trabalhei nas minhas formações e nas palestras junto aos alunos e professores do ensino técnico.

O trabalho nestas organizações permitiu-me uma aproximação ao campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, ocupando agora um outro lugar que não o de observadora/acompanhante, mas de participante activa. Me permitiu, também, conhecer uma série de outras e novas organizações de mulheres, me aproximar e me relacionar das/com as pessoas que nelas trabalham, me envolver numa série de actividades e, acima de tudo, desenvolver a minha militância feminista.

Assim, este livro é um reflexo do cruzamento de todas estas minhas vivências ao longo dos anos – pessoais, profissionais e académicas.

## Introdução

# ENTRANDO EM CAMPO E (RE)ENTRANDO NO CAMPO EM TORNO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DA IGUALDADE DE GÉNERO

Foi a partir da fala de Rosalina, ao referir-se ao grupo de mulheres mais velhas que ela em termos geracionais, que comecei a prestar atenção à maneira como as interlocutoras de diferentes idades se referiam umas às outras, ou melhor, como se definiam a si próprias e ao mesmo tempo identificavam as outras mulheres. Estas definições foram aparecendo ao longo das entrevistas que realizei com mulheres de diferentes idades. Além de *Geração de Beijing*, as mulheres pertencentes a este grupo foram definidas também como *mentoras, históricas ou seniors*, pelas gerações que lhes seguem. As mulheres que participaram na luta pela independência do país, ex-guerrilheiras, assim como as pertencentes à OMM, foram identificadas como *Geração das Mamas*<sup>1</sup> ou de *pré-históricas*, principalmente pelas mais jovens. Estas, por sua vez, identificaram-se e foram identificadas como *Geração das Jovens Feministas*. O grupo de mulheres entre a *Geração*

---

1. Em Ronga (língua nacional do sul de Moçambique) significa mulher casada ou mãe de filhos. É usualmente usado como termo de respeito e distinção.

de *Beijing* e a das *Jovens Feministas*, as que estão *in between*, foi identificado como *Geração das Intermediárias*, geração esta da qual a Rosalina faz parte.

A *Geração das Mamas* – cujos membros não fizeram parte do meu grupo de entrevistadas – é composta pelas mulheres que, entre as décadas de 1960 e 1970, participaram na luta pela independência do país, compondo grupos como a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), o Destacamento Feminino (DF) e a OMM. Hoje, é composta maioritariamente por mulheres pertencentes à OMM, liga feminina do Partido Frelimo.

A *Geração de Beijing* é composta por um grupo de mulheres académicas que, sobretudo dentro da universidade, iniciou as primeiras pesquisas sobre mulher e género, em meados dos anos 1980, e que esteve envolvido na criação das primeiras organizações, associações, redes e fóruns de direitos das mulheres, em princípios dos anos 1990. São ainda bastante activas no campo em análise, como membros de uma série de redes, à frente de organizações, participando em várias pesquisas na área de género e leccionando na universidade.

Fazem parte da *Geração das Intermediárias* as mulheres que trabalham, sobretudo, em ONGs de direitos das mulheres, nacionais e internacionais, ou como consultoras independentes para a área de género, com grande circulação pelos espaços internacionais e com um grande *know how* do reportório das ONG's. Foi no seio desta geração que se criou o Movimento das Jovens Feministas de Moçambique (MOVFEMME), grupo no qual as jovens feministas estão hoje na liderança.

Por fim, a *Geração das Jovens Feministas* é composta por jovens que surgem de outras frentes que não somente a universidade e as ONGs. São jovens que trazem novas preocupações, reivindicações e que têm nas redes sociais – principalmente o *Facebook*, o *Whatsapp* e os *blogs* – e na arte –

estética, moda, música, teatro, entre outros – o seu principal meio de activismo.

Em campo, observei a mobilização da categoria émica geração como algo que não tem necessariamente a ver com a idade cronológica, mas sim com a maneira como as mulheres se identificam e diferenciam, localizando umas às outras e a si próprias (Gomes 2018). Geração tem a ver com a experiência, o contexto social, político e cultural em que surgem as diferentes trajectórias dessas mulheres.

O uso que as interlocutoras fazem dessa categoria me parece central para a compreensão da complexidade da constituição do campo e teve, portanto, grande relevância para a análise que proponho neste trabalho que não pretende fixar de forma rígida as fronteiras entre os grupos, mas leva em conta os limites constantemente borrados dessas demarcações que vão se movendo de forma flexível e relacional. Cada geração não constitui, assim, um grupo homogéneo, havendo sempre uma série de disputas, de sobreposições e de transformações internas. Isto significa que, em determinados momentos e dependendo do contexto em que estão inseridas, algumas mulheres podem ser definidas pelas outras como pertencendo a mais de uma geração ou transitando entre uma e outra, de tempos a tempos. Isto fica evidente na fala de Unaiti Costa, de 40 anos, identificada como pertencendo à *Geração das Intermediárias*, quando diz que se sente mais ligada à geração anterior à dela, a *de Beijing*:

Não, eu por acaso sou uma tipa que está *in between* mesmo, literalmente *in between*. Consigo perceber umas e outras. (...) mas eu estou mais com Graça [Samo] e tua mãe que são pessoas com quem eu convivo mais (...) Mas, por exemplo, eu converso super bué com a tua mãe, com a Graça, com a Solange [Rocha], que são mais velhas do que eu mas que em muitas coisas estamos alinhadas. E não só, eu acho que também tem a ver com faixas etárias. Tipo, eu acho que até

aos 30 tu estás mais para baixo do que para cima. A partir dos 40, já te percebes mais como as pessoas que estão acima de ti. Nesse sentido. Não sei se faz sentido, mas por aí. E também ao nível da convivência, quanto mais convives menos diferenças existem, porque vais percebendo outras coisas. (Entrevista a Unaiti Costa)

Esta transitoriedade de algumas interlocutoras, difíceis de serem localizadas, como pertencentes a uma só geração pelas outras, fica também evidente na fala de Withney Sabino, que se identifica e é identificada como *jovem feminista*, quando ela diz que

(...) há uma geração ali no meio...a Graça [Samo], eu sinto que ela se identifica muito mais com as mais velhas e tem um comportamento muito que se enquadra melhor ali. A intermédia é a Nzira [de Deus], Shaísta [de Araújo]...Una[iti Costa] é muito neutra e ela nem quer se enquadrar. (Entrevista a Withney Sabino)

Geração, nos sentidos atribuídos por Unaiti e Withney, tem assim menos a ver com idade e mais com a partilha de coisas comuns, como as pautas, a sua localização e formas de actuação (Carmo 2018). O que existe no campo é, assim, uma articulação entre as diferentes gerações, que se dá tanto através da cooperação quanto do conflito entre elas.

O movimento feminista é geralmente descrito através de uma periodização em forma de ondas que delimitam períodos de tempo que seriam caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante. Assim, usualmente são apresentadas três grandes ondas: a primeira, compreendida entre finais do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, na qual mulheres se organizaram em torno da conquista de direitos fundamentais como o voto, a educação, o ingresso em carreiras consideradas

masculinas e condições dignas de trabalho. A segunda onda, deflagrada no bojo da contracultura dos anos 1960 e 1970, marca a consolidação do feminismo como movimento político e a produção teórica sobre a opressão feminina em diálogo com a militância política. Como mostram Heilborn e Sorj (1999), esse período é caracterizado por palavras de ordem como “nosso corpo nos pertence” e “o pessoal é político”, período esse frequentemente rememorado como uma espécie de “época de ouro” do feminismo. A terceira onda, mais imprecisamente localizada no final da década de 1980, marca um momento de renovação teórica e de proliferação de diversas categorias identitárias de mulheres. A unidade do feminismo, construída pelo discurso da opressão comum das mulheres nas sociedades predominantemente patriarcais, é contestada. Inaugura-se uma noção de múltiplas opressões, notadamente aquela que emerge das desigualdades raciais. Ao discurso binário simples que opunha mulheres e homens, sobrepõem-se outras oposições binárias, sobretudo entre mulheres brancas e negras, do Sul e do Norte.

Quando pensamos no contexto em análise, uma periodização nesses moldes falharia em evidenciar questões que me parecem essenciais à formação do campo em análise. Apesar das interlocutoras da pesquisa mencionarem as diferentes ondas como marcos importantes da história do feminismo a nível mundial, está claro que elas não correspondem à formação do campo em Moçambique.

Neste sentido, é interessante a análise que Bila Sorj e Carla Gomes (2014) fazem dos feminismos contemporâneos, considerando diferentes grupos de feministas activos simultaneamente, que mantêm relações de cooperação e disputa. As autoras mostram como a periodização do movimento feminista em ondas, “(...) *períodos mais ou menos delimitados no tempo e caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante*” (Sorj e Gomes 2014, p. 435), tem sido bastante contestada,

apontando três principais críticas a ela. A primeira diz respeito ao facto de a metáfora de onda remeter a um processo de constante substituição dos feminismos, ignorando as linhas de continuidade entre eles. Na segunda, é argumentado que o uso da noção de onda implica em omissões e exclusões de muitas expressões do feminismo que não se enquadram naquilo que é dominante em cada onda, o que dá a ideia de que existe uniformidade num movimento que sempre teve visões discordantes. Por fim, o uso deste termo cria uma aparência de neutralidade e objectividade sobre o processo de nomeação, algo que na realidade nunca acontece, pois todo o processo de periodização envolve disputas de poder e lutas por reconhecimento. Como afirmam as autoras

(...) o feminismo sempre foi um movimento descentralizado, constituído de diferentes grupos de mulheres, com variadas experiências de vida e modos diversos de conceber o tema das relações de gênero, de formular ideologias e estratégias políticas. (Sorj e Gomes 2014, p. 437)

Considerando que os movimentos feministas têm incorporado a geração como marcador socialmente relevante, de forma a problematizar o seu envelhecimento e rejuvenescimento, e que as interlocutoras da pesquisa se definem umas às outras nestes termos, sugiro que o campo em análise seja periodizado em marcos ou momentos históricos, nos quais as diferentes gerações de mulheres estão directamente implicadas, interagindo umas com as outras. Estes marcos identificam mudanças ou viradas importantes na constituição do campo, que levaram a transformações importantes no seu interior. Esses marcos são a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional, a Conferência de Beijing, a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e a acção de rua contra as maxi-saias, organizada por jovens feministas.



Quando iniciei o trabalho de campo na cidade de Maputo, em Março de 2017, era meu principal objectivo compreender a construção e actualização do movimento de mulheres em Moçambique. A ideia era partir das experiências e trajectórias intelectuais de mulheres e homens que fizeram parte deste processo desde o seu início – como activistas, como académicas, como pertencentes a organizações e associações de mulheres ou como políticas – e também dos que surgem no campo mais recentemente, vindos de outras frentes e que enfrentam diferentes desafios. O foco da pesquisa eram as reflexões teóricas e analíticas que estas mulheres e homens foram tecendo ao longo das suas trajectórias de activismo e/ou academia, em particular os temas, as problemáticas, os dilemas, os avanços e os desafios que foram surgindo a partir de 1975 com a independência de Moçambique.

No entanto, logo nas primeiras entrevistas deparei-me com algo inesperado. Apesar de movimento de mulheres ser um conceito comum no contexto da minha pesquisa – na prática (discursos) e na teoria (produção académica e das organizações) – ao questionar uma das interlocutoras identificadas como pertencendo à *Geração de Beijing* sobre como ela descreveria o movimento no contexto moçambicano, surpreendi-me com a sua resposta:

(...) movimento, que tenha uma agenda, não [existe]. Podemos reunir-nos...houve coisas aí muito ricas, quando foi do Código Penal, que as pessoas se uniram...esse é um elemento importante que mostra que as organizações já têm alianças. (...) Mas movimento como tal, com uma agenda, não vejo. (...) Nós podemos dizer, se calhar, que existe um movimento de mulheres a nível de certos princípios, certos pilares de reivindicação, de posição, de pensamento que são comuns e que podem rapidamente conseguir levar as pessoas a fazer uma marcha, levar as pessoas a tomar uma posição, pode ser. (...) Nós podemos dizer que há um movimento de mulheres

que consegue construir rapidamente agendas comuns de direitos, que se articula e etc. Mas que isso seja movimento feminista, no sentido de haver uma agenda própria, não sei... (Entrevista a Conceição Osório)

Apesar de ter ficado surpresa com a sua resposta – por acreditar que a existência de um movimento de mulheres em Moçambique era um dado adquirido – não dei muita importância a esta opinião isolada. No entanto, com o decorrer das entrevistas, mais mulheres de diferentes gerações deram respostas semelhantes. Withney Sabino, identificada como pertencente à *Geração das Jovens Feministas*, por exemplo, afirmou que

Não existe [movimento de mulheres]. Não, ainda está muito longe. Nós aqui temos grupos dispersos de mulheres que se identificam com determinadas causas e, atenção, nem é feminismo, nem é nada disso. É “eu sou contra a violência doméstica, tu também és, ok vamos lá criar uma associação que tenha o perfil A, B ou C e fazemos aquilo que achamos que temos que fazer. Isso não é movimento. (...) Para mim, é muito isolado. Há todo um trabalho de sinergia que tem que ser feito e que, infelizmente, não existe. Eu não sei adjectivar, não sei qualificar, mas para mim não é movimento. (Entrevista a Withney Sabino)

Também Maria José Arthur, identificada como pertencendo à *Geração de Beijing*, justificou a inexistência de um movimento de mulheres em Moçambique pela falta de alguns elementos que considera essenciais:

Eu acho que é muito cedo dizer que a gente ainda tem um movimento, né? Portanto, se a gente for pegar em alguns autores, eles consideram que estamos a falar em movimento social quando? Quando as pessoas concordam com uma

determinada posição, concordam qual é o caminho para sair desse problema e, portanto, têm uma actuação comum. É muito difícil, porque acho eu que não estamos ainda nesse ponto. Também não estou a falar num consenso extremo, isso nunca é bom. Mas naquilo que é básico a gente ter as mesmas posições. (Entrevista a Maria José Arthur)

Estas sucessivas respostas, diferentes do que imaginava e difíceis de ignorar, obrigaram-me a mudar os rumos da pesquisa. Se, conforme algumas delas, não existe movimento de mulheres em Moçambique, o que afinal estava eu ali a fazer? Como definir o campo em que me encontrava e que me havia disposto a pesquisar? Seguindo então esta nova pista etnográfica, baseada nas reflexões e nos discursos que as interlocutoras fizeram ao longo das entrevistas e na minha observação dos espaços por onde circulei, fui mudando aos poucos o meu olhar. Se, no início, o meu interesse era compreender a construção e actualização do movimento de mulheres em Moçambique, agora a minha questão passa pela compreensão do que afinal existe naquele contexto, que expressa a demanda por direitos das mulheres e igualdade de género. Se não é movimento de mulheres, o que é? Como se define? O que constitui este campo onde elas actuam?

Não sendo objectivo deste livro responder à ardilosa questão sobre a existência ou não de um movimento ou movimentos de mulheres em Moçambique, mas sim compreender o que afinal existe no contexto moçambicano, decidi dar um passo atrás e suspender qualquer ideia de movimento de mulheres que tivesse trazido comigo, de maneira a não engessar a pesquisa e a poder olhar para o que existe além destas definições muitas vezes limitadoras. Assim, dei especial importância às dinâmicas sociais que se configuram em torno das questões de género e dos direitos das mulheres em Moçambique. Existem várias opções metodológicas para olhar para estas dinâmicas. Optei por fazê-lo através das trajectórias

das mulheres e homens que constituem esse campo, dos seus discursos e reflexões e da minha observação dos diferentes espaços por onde estas pessoas circulam.

Esta mudança de foco no campo trouxe-me um desafio relativamente à nomeação do meu objecto de pesquisa. Se não estou a falar de movimento de mulheres, qual seria o meu objecto? Tendo em conta que o meu campo de pesquisa inclui mulheres e homens posicionados em distintos lugares sociais, assim como organizações não-governamentais, academia, espaços de rua, internet e instituições do governo, todos interagindo ao mesmo tempo, optei por trabalhar com a ideia de campos discursivos de acção, de Sonia Alvarez (2014).

Para a autora, o debate sobre o surgimento, o desenvolvimento, o sucesso e o declínio dos movimentos sociais, assim como as suas estratégias e relações com o Estado, os partidos, os espaços participativos e as arenas internacionais, são foco comum de discussão entre as feministas, militantes e académicas. Essas discussões aparecem tanto em manifestos políticos e ensaios eruditos, como também em brigas acesas em mesas de bar e críticas nas redes sociais e pressupõem uma definição do que se entende ou constituiria um movimento social (principais expressões organizativas, actores, espaços de actuação, entre outros), no caso o movimento feminista. Esses debates e discussões sobre o estado do movimento são atitudes frequentes entre quem se identifica com o que a autora propõe que se entenda como *campos discursivos de acção*, no lugar de movimento feminista. E é exactamente esse debate em si – essas discussões interpretativas e preocupações sobre o estado do movimento, sobre autenticidade e pertencimento, sobre inclusão e exclusão – que articula o campo feminista.

O que compõe os campos discursivos de acção, para Alvarez (2014), é muito mais do que um conjunto de organizações voltadas para uma determinada questão. Estes envolvem também um número considerado de actores individuais e colectivos e de

lugares sociais, culturais e políticos que, em diferentes momentos, ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, maior ou menor destaque no campo político e discursivo e maior ou menor acesso aos recursos materiais e culturais. Grupos menos formalizados, situados em diversos espaços, o Estado, as instituições intergovernamentais, movimentos e redes de advocacia, a academia, a indústria cultural, os mídia, a internet, todos eles compõem este campo e se articulam, formal e informalmente, através de redes costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos.

As diferentes reflexões teóricas e analíticas que as interlocutoras da pesquisa foram tendo ao longo das suas trajectórias, os debates sobre se existe ou não movimento e quem faz ou não parte dele, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais, as desigualdades, as relações desiguais de poder, as mudanças nas alianças, as disputas internas e as transformações nas coligações, tudo isso é parte dos componentes discursivos que articulam o campo em análise. São exactamente esses discursos e reflexões o que eu me proponho compreender. Porque os direitos das mulheres e a igualdade de género são demandas centrais deste campo, nomeio o meu objecto como campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Desta forma, acompanhei as interlocutoras da pesquisa (umas mais que outras), identifiquei algumas redes por onde elas circulam e mapeei conexões entre locais e espaços (academia, redes sociais, ruas, organizações, instituições do governo).

Porquê estas mulheres e homens, exactamente? Pela sua relevância – fazem, cada uma à sua maneira e de acordo com períodos históricos distintos, parte do debate público e político – e pela sua actuação polivalente – elas estão na academia, nas organizações e associações, fazem parte de redes, são autónomas, estão nas redes sociais, no activismo, entre outros, várias delas simultaneamente. A escolha de incluir homens na

lista de entrevistados só surgiu depois de iniciar o trabalho de campo, por sugestão de Conceição Osório, identificada como pertencendo à *Geração de Beijing*, para quem a participação dos homens no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género deve ser melhor explorada. Somou-se também a esta decisão o surgimento e a importância de duas organizações cujo grupo alvo são especificamente os homens, nomeadamente a Rede Homens Pela Mudança (HOPEM) e a *Fanelo Ya Mina*. Muito se tem discutido, dentro do debate actual em Moçambique, sobre a participação dos homens na luta das mulheres, discussões essas por vezes bastante polarizadas. Por esta razão, e pelo facto de várias autoras (Tripp *et all.* 2009; Disney 2009; Veitez 2002) apontarem a participação activa dos homens neste campo como uma das principais características dos movimentos de mulheres africanos, achei que entrevistar alguns homens activos neste campo poderia ajudar a entender as dinâmicas internas a ele.

O tipo de abordagem que guia este livro é relativamente novo no campo dos estudos de género em Moçambique. Apesar de existir uma bibliografia, nacional e estrangeira, sobre o movimento de mulheres em Moçambique e sobre a participação das mulheres na luta armada de libertação nacional, poucos são os estudos que se debruçam sobre estes temas a partir e através de trajectórias de mulheres e homens. Neste sentido, dialoguei primeiramente com uma bibliografia nacional, produzida no país e por moçambicanas, em especial aquelas que, sendo parte constitutiva do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, participam nesta pesquisa como interlocutoras. Refiro-me, especificamente, a algumas académicas cujas produções estão inseridas na área dos estudos de género, nomeadamente Isabel Casimiro, Ana Loforte, Terezinha da Silva, Maria José Arthur, Conceição Osório e Kátia Taela.

Para além dessa produção nacional, e porque existem ainda muitas lacunas no que diz respeito aos estudos de

género em Moçambique, diálogo também com uma série de pesquisadores que fizeram ou têm feito pesquisa na área de género em Moçambique, assim como com uma bibliografia brasileira, principalmente no que diz respeito à questão da periodização do campo e aos feminismos jovens.

Através destes diálogos e da análise das trajectórias e experiências dessas mulheres e homens, busquei compreender como elas, no seu trabalho e activismo, foram incorporando as questões de género, a sua relação com organizações nacionais, regionais e internacionais, com uma agenda internacional do movimento feminista, a relação com os doadores internacionais e as suas imposições, se e em que termos se pode hoje falar de um movimento de mulheres ou movimento feminista e, ainda, como ele foi sendo construído ao longo do tempo e de todos os eventos históricos que o país enfrentou.

### *Metodologia de pesquisa, lugares e espaços*

De maneira a melhor compreender os discursos e práticas que se configuram no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, adoptei uma metodologia qualitativa, envolvendo 1) a etnografia dos espaços e eventos por onde circulam as actoras e actores individuais desta pesquisa 2) entrevistas semi-estruturadas em profundidade de modo a traçar trajectórias intelectuais e 3) a observação participante, de modo a circular entre os lugares onde as interações acontecem e compreender as dinâmicas entre os diferentes actores. Estes procedimentos foram combinados de maneira a seguir e explorar trajectórias, interações, discursos e práticas que ocorrem em vários lugares e contextos. Escolhi uma abordagem etnográfica porque queria transitar pelos espaços onde as interações

acontecem e, ao mesmo tempo, compreender os pontos de vista e as perspectivas que os diferentes actores têm sobre eles.

De modo a compreender e situar os diferentes papéis que os actores da pesquisa desempenham, conduzi entrevistas semi-estruturadas em profundidade, adoptando uma abordagem de trajectória de vida, de modo a mapear a sua história e os caminhos pessoais e profissionais, assim como a constituição e a manifestação das suas identidades profissionais e do activismo. Busquei compreender as suas reflexões analíticas em torno das questões de género e dos direitos das mulheres e seguir os caminhos que estas percorreram até começarem a interessar-se/militar/pesquisar/trabalhar com questões de género. Para além de recuperarem toda a sua vida pessoal, umas mais detalhadamente que outras, as interlocutoras me falaram dos seus percursos académicos e profissionais, de que maneira estão ligadas ao campo em torno das mulheres e da igualdade de género (como se definem no meio), os temas de pesquisa com os quais têm trabalhado, a articulação e relação das organizações de mulheres nacionais com as regionais e internacionais e entre si, a relação e a articulação entre a academia e as organizações, as posturas e políticas do governo em relação à posição da mulher e questões de género pré e pós-independência, como as organizações de mulheres lidam com a imposição de agendas vindas dos financiadores estrangeiros, como tematizam e constroem as suas actividades dentro de uma agenda internacional mais ampla, como o feminismo tem sido recebido e trabalhado no contexto moçambicano e o que significa para elas, como se dá a relação entre as várias gerações de activistas feministas e quais as suas principais inspirações/referências. Apesar de ter um roteiro com algumas questões centrais, deixei que as interlocutoras escolhessem livremente que temas aprofundar e se estender.

Usei a observação participante de modo a mergulhar nos locais onde as interações acontecem e compreender os



significados atribuídos pelas interlocutoras. Assim, a pesquisa envolveu a observação participante em espaços formais e informais, onde se desenvolvem uma série de acções, como seminários, conferências, eventos de rua, mesas redondas, debates, fogueiras feministas, palestras nas universidades, entre outros. Estendeu-se para além do domínio profissional e de activismo e incluiu também espaços e situações não relacionadas com o trabalho, como bares e restaurantes, caronas e idas à ginástica, almoços e jantares, confraternizações, entre outros. Aqui, pude experimentar o lugar do afecto de que tanto falam as interlocutoras. Senti-o e experimentei-o em diversos momentos, tendo ficado muito próxima de algumas interlocutoras (sem contar com aquela primeira geração de que falo no prólogo), não só durante o trabalho de campo, como depois à distância, através das redes sociais.

Para além dos escritórios e eventos da WLSA Moçambique e do Fórum Mulher, circulei pelos escritórios e participei em eventos organizados pela Associação Sócio Cultural Horizonte Azul (ASCHA), pela associação LGBT Lambda<sup>2</sup> (cuja sede recebeu algumas fogueiras feministas e rodas de conversa) e pelo MOVFEMME. Através da participação em mesas redondas, debates, conferências, fogueiras feministas, bate-papos e outro tipo de actividades, pude perceber quais os temas actuais em debate – violência doméstica/de género, casamentos precoces,<sup>3</sup>

- 
2. Nascida, em 2006, de uma reflexão profunda sobre a situação dos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) na sociedade moçambicana, a Lambda, Associação Moçambicana para Defesa das Minorias Sexuais, é uma organização que advoga pelos direitos humanos das minorias sexuais. Apesar de não ter interagido directamente com esta organização, a maior parte das fogueiras feministas nas quais participei, organizadas pelo MOVFEMME, aconteceram nos escritórios da Lambda, que vem se aproximando cada vez mais do campo em análise e das discussões que acontecem no seu interior.
  3. Conceito não aceite pela maioria das organizações, já que se está perante uma união forçada e não um casamento que pressupõe uma

direitos sexuais e reprodutivos e segurança no espaço público –, alargar a minha lista de entrevistadas, conhecer e conviver com uma geração de activistas mais jovens, ligadas a associações comunitárias de base e a movimentos recentes e perceber um novo – pelo menos para a realidade de Moçambique – tipo de activismo feminista, o das redes sociais.

Apesar de ter uma experiência anterior com o meio e conhecer grande parte das pessoas e organizações, o que facilitou a minha entrada em campo, cedo fui confrontada com algumas dificuldades na realização das entrevistas. Grande parte das interlocutoras da pesquisa viaja muito a trabalho e tem uma agenda cheia, o que dificultou a marcação das entrevistas e a sua continuação. A título de exemplo, duas das entrevistadas viajaram cada uma mais de cinco vezes nos seis meses em que durou o trabalho de campo, sendo que algumas das sessões tiveram intervalos de mais de três meses entre elas. O facto de ter uma relação próxima com grande parte das interlocutoras com certeza amenizou esta dificuldade, pois me possibilitou ser, digamos, mais invasiva e insistente de maneira a concluir as entrevistas e usando os mais diferentes meios (ligações telefónicas, mensagens de celular, de *Whatsapp*, de *Facebook* e presença nos seus lugares de trabalho).

As actividades em que participei durante o trabalho de campo foram a *Semana da Mulher* (em comemoração ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e ao 7 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana), com a colaboração (na sua organização e execução) de várias organizações e associações da sociedade civil (MOVFEMME, Marcha Mundial de Mulheres, Fórum Mulher, ASCHA) e composta por mesas redondas, mostra de filmes e documentários e debates; um piquenique feminista organizado pelo MOVFEMME, com o tema Vamos falar sobre nós; o debate #NossoTrabalhoConta, Mulheres na

---

união desejada e livre.

economia do cuidado, organizado pela Fundação Friedrich Ebert, pelo Centro Cultural Moçambicano-Alemão, pelo Fórum Mulher e a Rede HOPEM; uma semana de formação com o tema Fortalecimento de Iniciativas Locais para uma maior Igualdade de Género, da associação italiana Centro Informazione Educazione allo Sviluppo (CIES); a palestra “A violência baseada no género”, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique, que contou com a apresentação de uma das interlocutoras da pesquisa, pesquisadora da WLSA Moçambique; a roda de conversas sobre violência doméstica organizada pelo Graal Moçambique, movimento internacional de mulheres cristãs; uma fogueira feminista, organizada pelo MOVFEMME e com o título Ser Repariga em África: Costurando Laços de Activismo e Solidariedade; o debate sobre os resultados da pesquisa sobre a análise da aplicação da Lei Contra a Violência Doméstica (2009-2015), realizada pela WLSA Moçambique e o 2º Fórum Distrital de Género, Cultura, Segurança Urbana e Políticas Públicas para Reparigas e Mulheres Jovens, organizado pela ASCHA. Para além disso, fui convidada pelo MOVFEMME e pela Lambda a moderar uma roda de conversa e a ministrar uma formação sobre empoderamento económico da mulher e práticas de poupança e crédito rotativo, organizado pelo CIES e que teve lugar em Maputo e em Chimoio, capital da província de Manica.

Para além das actividades realizadas durante o trabalho de campo, acompanhei as páginas de *Facebook* das interlocutoras da pesquisa e das organizações<sup>4</sup> por onde circulei, participei (e ainda participo) num grupo de Facebook intitulado *Feminismo MZ*, que discute uma série de temas relacionados ao feminismo

---

4. WLSA Moçambique, Fórum Mulher, Associação Sócio Cultural Horizonte Azul, Movimento das Jovens Feministas de Moçambique e, com menor intensidade a Lambda, Associação Moçambicana para Defesa das Minorias Sexuais, Marcha Mundial de Mulheres Moçambique e a Rede Homens Pela Mudança.

e do qual fazem parte as interlocutoras identificadas como fazendo parte da *Geração das Jovens Feministas*, fui incluída no grupo de *Whatsapp* sobre a preparação do *Mundo de Mulheres* em 2020 – que congrega mulheres de todas as gerações pesquisadas (e do qual agora sou parte da Comissão Científica) – e segui também os *blogs* *A Jovem Feminista* e *Escreve, Eliana, Escreve*, cujas autoras são interlocutoras desta pesquisa identificadas como fazendo parte da geração mais jovem.

A razão pela qual decidi seguir e, até certo ponto, usar este material como fonte, é que eles expressam diversos pontos de vista e discursos que as interlocutoras e as organizações possuem em relação a temas que constituem o debate actual dentro do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, para além de me permitirem estar actualizada em relação aos eventos e às discussões. Além disso, a escrita reflecte aspectos da experiência e da análise das interlocutoras que não surgiram ou escaparam às entrevistas, mais aprofundadas. Ao analisar este material, tenho em conta o contexto social e cultural no qual foram produzidos e à luz das suas trajectórias pessoais e profissionais, assim como as suas reflexões durante as entrevistas.

### *Participantes da pesquisa*

As primeiras interlocutoras com quem fiz contacto, antes da ida a campo, foram sobretudo as mulheres pertencentes à *Geração de Beijing*, que conheço com mais intimidade há muitos anos, além de algumas da *Geração das Intermediárias*, que conheci ao longo do meu percurso profissional. Com todas elas tinha um elo de ligação, a minha mãe, que facilitou alguns dos contactos por ser figura central do campo que analiso. Para além destas primeiras 7 mulheres que contactei e de quem

recebi uma afirmativa em relação a fazerem parte da pesquisa, fui conhecendo e me aproximando das outras entrevistadas através de indicações destas mais velhas, assim como da minha participação nos diferentes eventos nos quais transitei, onde observava atenta quem me parecia mais dinâmica e na liderança das actividades. Recebi muito mais indicações de mulheres e homens do que esperava mas, infelizmente, não consegui entrevistá-las a todas, em parte por falta de tempo meu e também por uma indisponibilidade de algumas pessoas.

Realizei um total de 23 entrevistas,<sup>5</sup> sendo 20 a mulheres e 3 a homens. Todas foram realizadas presencialmente e no decurso de dois a três encontros, com uma média de uma hora de duração cada, exceptuando uma que foi realizada através de trocas de e-mails e outra que foi finalizada via Skype. Dessas 23 entrevistas, 19 foram em profundidade e 4 não puderam, por diversos motivos, ser terminadas.<sup>6</sup> Foram realizadas em diversos locais, como cafés, restaurantes, bares, a minha casa, a casa das interlocutoras e nos seus locais de trabalho (a minoria).

Para a realização das entrevistas, tive o cuidado de procurar uma diversidade de interlocutoras em relação às diferentes gerações, às posições que ocupam (profissionalmente e no campo), assim como aos lugares por onde circulam, pois estes lugares e posições estão diferentemente situados no campo. Deste modo, e de maneira geral, entrevistei académicas e ex-académicas, pesquisadoras, activistas, funcionárias de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras (em diversos cargos, desde directoras executivas a oficiais

---

5. Contactei ainda um homem, figura importante no campo em análise, que me foi recomendado por várias das interlocutoras, mas que se mostrou reticente em participar da pesquisa, após um primeiro encontro que ele não permitiu que fosse gravado.

6. A entrevista por e-mail e outras duas não foram concluídas porque as interlocutoras (duas mulheres e um homem) se mostraram indisponíveis por motivos profissionais; outra entrou em licença maternidade.

de programas), funcionárias e ex-funcionárias do Estado, consultoras independentes para a área de género e duas *bloggers* (uma médica e outra gestora de projectos numa empresa de publicidade). As suas idades variam entre os 22 e os 70 anos, todas têm ensino superior completo (excepto duas que estão ainda no processo), vivem actualmente na cidade de Maputo e são, na sua maioria, negras e mistas<sup>7</sup> (exceptuando-se duas brancas). Apesar de não as classificar especificamente durante o texto, todas as vezes em que a questão da cor e da raça apareceu nas entrevistas e no campo como ponto importante, elas foram.

Como coloquei anteriormente, estas mulheres e homens foram escolhidas pelo papel central que desempenham, além de também pela forma como foram identificadas e definidas umas pelas outras como sendo pessoas importantes no campo, pela sua trajectória e experiência. Em diferentes momentos históricos, com maior ou menor visibilidade, são elas que debatem, discutem e definem as pautas do campo; é através da sua trajectória que se vai registando o processo de construção e actualização deste campo; são elas que articulam o campo (formal ou informalmente) a nível nacional, regional e internacional e são elas que transitam por diferentes espaços – academia, organizações de mulheres, órgãos do governo, redes sociais, ruas, mídia, indústrias culturais, entre outros.

### *O meu lugar na pesquisa*

A minha história pessoal e profissional é relevante para este livro não só em termos da escolha do tema e dos métodos usados, mas também do relacionamento com as interlocutoras.

---

7. No contexto moçambicano, a classificação “mista” é usada para classificar aquelas pessoas que não são vistas como negras ou brancas, e também por aquelas que têm misturas nas suas ascendências.

Eu também faço parte deste campo, como alguém com uma trajectória profissional dentro das organizações de mulheres, como uma activista feminista moçambicana, localizada dentro da rede de actores que promovem e trabalham pela igualdade de género e direitos das mulheres, como uma pesquisadora trabalhando sobre o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género e como colega e amiga de algumas das participantes, com quem partilho relações de afecto e com quem convivo no âmbito doméstico e familiar. O meu trabalho como eventual consultora e formadora na área de género foi e tem sido desenvolvido através de redes e alianças profissionais formais e informais, das quais elas fazem parte.

Posso dizer que sou, neste sentido, uma pesquisadora nativa ocupando um lugar privilegiado, lugar esse que me deu acesso a uma série de pessoas e espaços, assim como a informações que não teria se não fossem todas estas relações. Esta é uma questão importante, porque situa o ambiente académico e intelectual no qual este livro foi produzida e reconhecem o meu lugar como uma moçambicana académica e activista, que estuda numa universidade brasileira e que pesquisa o seu próprio contexto.

Assim, são integrais a este livro as minhas próprias experiências e posições pessoais. Estou ciente dos desafios epistemológicos, morais e éticos que a minha posição assume. Poderia esconder o facto de estar pessoalmente envolvida nos processos e dinâmicas que pesquiso, sob pretexto de uma objectividade, mas ao invés, assumo o desafio de reflectir acerca de como esta proximidade epistémica afecta as minhas interacções e análises. Raramente senti que o facto da minha mãe ser figura central neste campo – constantemente apontada como inspiração para muitas das interlocutoras – fosse uma desvantagem, afastando ou inibindo as pessoas de serem sinceras e falarem abertamente sobre aspectos mais problemáticos ou conflituosos que perpassam o contexto deste livro.

Durante vários momentos ao longo da pesquisa, experimentei identidades e papéis aparentemente conflitantes nas minhas tentativas de balancear, por um lado, a imersão e a participação, e por outro, a distância e a observação. O meu papel principal sempre foi o de observadora, mas teria sido antiético e incoerente com o meu activismo feminista não participar das actividades para as quais fui chamada. Fui sendo “intimada” a ser mais activa no campo, a participar nas actividades, a dar a minha opinião em relação a vários temas que iam sendo debatidos nos espaços por onde circulei. No início hesitei, mas logo me envolvi pois, de uma maneira ou de outra, eu sou também uma activista e desta forma estaria a contribuir de alguma maneira com a minha experiência e conhecimentos (teóricos e práticos) adquiridos.

Fui chamada para dar formações,<sup>8</sup> moderar rodas de conversa e participar na preparação da viagem de um grupo de moçambicanas a uma conferência internacional fora do país.<sup>9</sup> A minha principal motivação em participar nos eventos

- 
8. Fui convidada pela ONG italiana CIES, parceira da União Europeia, a desenvolver um módulo sob o tema *Empoderamento Económico da Mulher: caixa de poupança e crédito rotativo* (tema da minha dissertação de mestrado). Esse módulo fez parte de uma sessão de formações, que englobaram outros temas (direitos da mulher no âmbito da lei do trabalho, direitos e práticas culturais e os planos de género no âmbito das instituições públicas) e que está ligado a um projecto que tem como objectivo geral promover a igualdade de género em três províncias de Moçambique (Maputo, Manica e Sofala), contribuindo para o fortalecimento das experiências locais de promoção dos direitos da mulher e da rapariga. Esta ONG é também parceira da WLSA Moçambique, que participou na semana de formações dando um módulo sobre práticas culturais.
  9. A conferência em questão foi o 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Género 11, que se realizou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre finais de Julho e inícios de Agosto de 2017. Moçambique irá sediar o próximo Mundo de Mulheres, em 2020 e, por essa razão, foi constituída uma comitiva de mulheres de várias organizações não governamentais, organizações comunitárias de base, universida-



foi, obviamente, a pesquisa em curso. No entanto, mesmo que não estivesse em trabalho de campo, gostaria de ter feito parte deles, por se tratar de espaços familiares onde, no passado, havia circulado bastante não só como oficial de programas de uma organização ou como técnica de género de uma rede de formação profissional, mas também por se tratarem de actividades (e espaços) feministas.

Nunca foi minha intenção ocupar o lugar de mera observadora durante o trabalho de campo e com certeza a participação em várias actividades me possibilitou o acesso a informação que não teria de outro modo. Penso que, assim como para Íris do Carmo, estar “*intimamente envolvida com o universo da pesquisa*” me colocou na “*liminaridade entre as posições de pesquisadora e activista*”, condição essencial para o desenvolvimento deste trabalho (Carmo 2018, p. 26).

No meu caso, e ao mesmo tempo em que me sentia completamente à vontade naqueles espaços, estar fora de Moçambique há mais de cinco anos me fazia sentir, por vezes (e sentia também que me viam assim), como uma *outsider*. Havia muita gente nova que eu não conhecia e, muitas vezes, fui percebida como uma académica brasileira que estava ali a fazer pesquisa.<sup>10</sup> Esta questão de como eu fui vista e como eu me vi naquele contexto é relevante não só em termos metodológicos, mas também porque as distinções entre activistas e académicas ou profissionais de agências ou organizações de mulheres estão embutidas nos discursos de algumas das minhas interlocutoras, como analiso mais à frente no capítulo 2.

---

des e órgãos do governo, mulheres essas que fazem parte da comissão organizadora do evento. Cinco interlocutoras da pesquisa, das *Geração Beijing*, das *Intermediárias* e das *Jovens Feministas* fizeram parte da comitiva que foi ao evento.

10. Algo bastante comum em Moçambique. Durante os seis meses de trabalho de campo, cruzei-me com cerca de cinco pesquisadores brasileiros, fazendo os seus trabalhos de campo de mestrado ou doutorado.

## Limites da pesquisa

Várias foram as limitações que esta pesquisa apresentou. A primeira foi o facto de não ter conseguido falar com todas as pessoas que tinha em mente à partida. Não entrevistei alguns elementos da chamada *Geração de Beijing*, por desencontros e agendas preenchidas. Também não entrevistei ninguém que trabalhe actualmente em órgãos do governo que se dediquem a questões de género, como por exemplo, o Ministério de Género, Acção Social e Criança, apesar de ter participado num curso de formação que contou com a presença de pontos focais de género de diferentes Direcções Distritais (da Saúde, Juventude e Desportos, Educação, entre outros). Por fim, não entrevistei nenhuma mulher pertencente à *Geração das Mamas*, por considerar que existe mais análise sobre esta geração do que sobre as outras, principalmente a *das Intermediárias* e a *das Jovens Feministas*. A minha contribuição vai assim no sentido de trazer material sobre estas gerações, material esse que é praticamente inexistente, como forma de complementar o que já existe.

Outro aspecto que pode ser lido como uma limitação foi o facto de ter restringido a minha pesquisa à cidade de Maputo. Como posso falar no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género sem ter saído da cidade de Maputo? Na realidade, é na capital do país que se concentram os escritórios e sedes da maior parte e das principais organizações de mulheres, para além de ser também onde residem os mais importantes actores e actoras do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Para além disso, é preciso ter em conta que até início dos anos 90 – altura em que surgiram as primeiras organizações de direitos das mulheres – o país vivia uma guerra de desestabilização entre a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e as forças governamentais, guerra essa que restringiu sobremaneira as acções de grande parte dessas organizações à província de Maputo (o conflito armado não chegou a entrar na capital), assim

como as pesquisas que se iniciavam sobre a situação das mulheres. No entanto, e apesar de todas as limitações e constrangimentos, acredito que o conjunto de pessoas entrevistadas, aliado a uma etnografia dos eventos, dos espaços por onde circulam e do diálogo com a sua produção, é representativo de um contexto mais amplo que constitui o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género.

### *Algumas considerações sobre o texto*

O presente texto está escrito em português de Moçambique, que não ractificou o Novo Acordo Ortográfico. É dividido em quatro capítulos, construídos à volta daqueles que considero serem os principais marcos históricos do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Para além disso, compõem ainda este livro um prólogo, uma introdução e as considerações finais.

Inspirada na tese de doutorado de Carla Gomes (2018), todos os capítulos iniciam com o que chamo de fragmentos, que são baseados na minha observação e participação dos/nos diversos espaços e eventos nos quais transitei, nas entrevistas que realizei e também no material bibliográfico que analisei. Funcionam como um recurso etnográfico, de forma a introduzir e/ou destacar questões que considero serem centrais no capítulo em questão. Os fragmentos poderão, apesar de terem como fonte factos reais do campo, conter pinceladas de ficção, no sentido em que eu me coloco como autora e vou costurando e intervindo a/na narrativa sempre que achar necessário tendo em conta os propósitos analíticos.

No primeiro capítulo, descrevo e problematizo a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), considerando esta como a génese do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique,

que se foi consolidando a partir daí. Deste modo, reflecto sobre a criação da FRELIMO (1962) e das três primeiras organizações de mulheres anteriores à independência do país, nomeadamente a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO 1962), o Destacamento Feminino (DF 1965) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM 1973). Mais especificamente, discuto as posturas e políticas que a FRELIMO e, posteriormente, o Partido Frelimo tiveram/ implementaram em relação às mulheres e o que mudou depois da independência do país.

No segundo capítulo, descrevo o processo de criação do primeiro núcleo de estudos da mulher e género no país, dentro do CEA/UEM, assim como as primeiras pesquisas sobre a situação legal da mulher. Analiso, ainda, o papel que este núcleo desempenhou no surgimento das primeiras organizações moçambicanas focadas nos direitos das mulheres e nas questões de género, e o papel das interlocutoras da *Geração de Beijing* neste processo. Aqui, evidencio também como o campo foi sendo ampliado a partir e através da articulação entre vários actores, nomeadamente académicas, juristas, organizações de mulheres, órgãos do governo, organizações comunitárias de base, entre outras. Em articulação com o capítulo 3, abordo brevemente o surgimento da campanha nacional Todos Contra a Violência (TCV), fruto da participação em Beijing e que impulsionou a elaboração, o *lobby* e a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher.

No capítulo 3, descrevo e busco compreender as relações e articulações entre academia, organizações de mulheres (nacionais e internacionais) e governo no que diz respeito aos processos de discussão, elaboração e aprovação não só da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, como também de outras que a antecederam e que estão directamente ligadas aos direitos e estatuto das mulheres, nomeadamente a Lei de Terras (1997), a Lei da Família (2004) e a revisão do Código Penal (2014). Paralelamente, mostro como organizações e redes não governamentais, mais formalizadas, se foram tornando os

actores centrais e mais visíveis no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Por fim, mostro como se vem desenvolvendo, por parte de algumas interlocutoras da pesquisa, uma reflexão crítica ao modo de funcionamento das organizações de mulheres e como estas estabelecem as suas agendas e desenvolvem o seu trabalho.

No capítulo 4, descrevo e analiso o surgimento de grupos e organizações formados essencialmente por mulheres jovens que se definem como feministas e que vêm reivindicando visibilidade e legitimidade como sujeito político colectivo. Com novas formas de actuação, surgindo de diferentes frentes e usando uma série de novos recursos, como por exemplo as redes sociais e o ativismo (arte+ativismo), estes contribuíram para uma diversificação do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. São disso exemplo a Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul (ASCHA) e o Movimento das Jovens Feministas de Moçambique (MOVFEMME), cujo surgimento analiso de forma a evidenciar uma série de questões que elas trazem, nomeadamente as suas lutas por espaço, protagonismo e legitimidade, as suas reivindicações, formas de actuar e principais problemáticas/pautas e a relação com as gerações mais velhas. Aqui, as experiências do feminismo como identidade pessoal e institucional são centrais. Para além disso, busco analisar a participação dos homens neste campo, através do surgimento recente de organizações e redes voltadas especificamente a temas como as masculinidades e como as mulheres de diferentes gerações analisam esta participação.

Antes de concluir esta introdução, penso ser importante orientar os leitores sobre os usos que faço, ao longo do texto, em relação às convenções de escrita e modos de citação de algumas falas. Consciente de que este livro é resultado da costura entre a minha observação e análise, das reflexões e experiências das interlocutoras, do diálogo com a minha orientadora e colegas de orientação, assim como das longas conversas que tive com alguns colegas que em muito me ajudaram a desamarrar os nós

das minhas visões e reflexões; de que, em nenhum momento, me coloco no papel de “falar em nome de” ou como representante do activismo moçambicano, muito menos como herdeira dos estudos sobre género e feminismo em Moçambique iniciados, em parte, pela minha mãe, assumo a escrita na primeira pessoa do singular.

O uso do itálico se dá sempre em relação a palavras estrangeiras, neologismos, termos émicos ou, junto com as aspas, em citações curtas. As aspas, quando faço uso de expressões que não são minhas ou citações curtas. Para citações longas, sejam de falas de interlocutoras ou de trechos de bibliografia com a qual dialogo, uso o recurso de recuo à esquerda. O negrito é usado para destacar alguma frase ou palavra importante para o argumento em questão. Por se tratar de um contexto específico e, talvez, desconhecido dos leitores em geral, faço uso das notas de rodapé – em momentos talvez exageradamente – para esclarecer, explicar e desenvolver algumas questões relacionadas com o contexto em análise.

Os (por vezes) longos trechos das entrevistas não são usados de forma aleatória. Consciente do risco que corro em maçar quem estiver a ler, opto por usar estas citações porque elas reflectem um campo em intenso processo de construção e actualização e porque estas reflexões – carregadas de disputas, concordâncias, discordâncias, informação contraditória, afectos e conflitos – são parte constitutiva desse mesmo campo.

Por último, faço uso – com a devida autorização – dos nomes verdadeiros de todas as interlocutoras da pesquisa e das organizações e espaços por onde circulei. As informações e dados recolhidos durante as entrevistas, a não ser quando assinados como *off the record*, foram usados livremente. No entanto, em relação a alguns temas que apareceram durante as entrevistas e que considero polémicos ou sensíveis, decidi não fazer uso da autoria das reflexões, me referindo, como alternativa, à geração a que pertencem as autoras.